



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ**  
**FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, ATUÁRIA, CONTABILIDADE,**  
**SECRETARIADO EXECUTIVO E FINANÇAS**  
**DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO**  
**CURSO DE SECRETARIADO EXECUTIVO**

**ERBÊNIA LOPES DOS SANTOS**

**PERCEPÇÃO DOS ALUNOS DO CURSO DE SECRETARIADO EXECUTIVO DA**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ EM RELAÇÃO À SUA TRAJETÓRIA**  
**ACADÊMICA: HÁ DESAFIOS NO PROCESSO?**

**FORTALEZA**

**2026**

ERBÊNIA LOPES DOS SANTOS

PERCEPÇÃO DOS ALUNOS DO CURSO DE SECRETARIADO EXECUTIVO DA  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ EM RELAÇÃO À SUA TRAJETÓRIA  
ACADÊMICA: HÁ DESAFIOS NO PROCESSO?

Trabalho de conclusão de Curso apresentado ao curso de Graduação em Secretariado Executivo do departamento de Administração da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Secretariado Executivo.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Sônia Rebouças da Silva Melo.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação  
Universidade Federal do Ceará  
Sistema de Bibliotecas  
Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

---

S234p Santos, Erbênia Lopes dos.  
PERCEÇÃO DOS ALUNOS DO CURSO DE SECRETARIADO EXECUTIVO DA  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ EM RELAÇÃO À SUA TRAJETÓRIA ACADÊMICA: : HÁ  
DESAFIOS NO PROCESSO? / Erbênia Lopes dos Santos. – 2026.  
33 f. : il. color.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Economia,  
Administração, Atuária e Contabilidade, Curso de Administração, Fortaleza, 2026.  
Orientação: Profa. Dra. Sônia Rebouças da Silva Melo..

1. Graduação. 2. Ensino-aprendizagem. 3. Ensino superior. I. Título.

CDD 658

---

ERBÊNIA LOPES DOS SANTOS

PERCEPÇÃO DOS ALUNOS DO CURSO DE SECRETARIADO EXECUTIVO DA  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ EM RELAÇÃO À SUA TRAJETÓRIA  
ACADÊMICA: HÁ DESAFIOS NO PROCESSO?

Trabalho de conclusão de Curso apresentado ao curso de Graduação em Secretariado Executivo do departamento de Administração da Universidade Federal do Ceará (UFC), como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Secretariado Executivo.

Aprovada em: 23/01/2026.

BANCA EXAMINADORA

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Sônia Rebouças da Silva Melo (Orientadora)  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Prof. Dr. Francisco Vicente Sales Melo  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Me. Francisco Edson Rodrigues da Silva  
Universidade de Federal do Ceará (UFC)

## RESUMO

A entrada no ensino superior sinaliza um relevante período de mudança, caracterizando transformações subjetivas vivenciadas pelo indivíduo inserido nesse novo contexto. Nesse sentido, adentrar na graduação configura-se como a porta de entrada para um novo universo acadêmico, social e profissional. Levando em consideração o contexto processual de adaptação ao novo ambiente de ensino-aprendizagem, se apresentam durante esse período os aspectos que desafiam a vida de um aluno de ensino superior durante a graduação. Portanto, o trabalho se objetiva em descrever a percepção dos alunos de Secretariado Executivo da Universidade Federal do Ceará (UFC), quanto aos principais desafios enfrentados pelos alunos do ensino superior durante a graduação. Para isso, foi realizada pesquisa descritiva, com abordagem quantitativa por meio de questionário, aplicada aos alunos do curso de Secretariado Executivo da Universidade Federal do Ceará (UFC). A pesquisa apresentou que os aspectos desafiantes da vida universitária estão interligados à satisfação do aluno para com a instituição de ensino. Verificou-se que os alunos respondentes consideram a Universidade Federal do Ceará uma instituição de qualidade. Quanto aos aspectos ligados à infraestrutura, os alunos apontam que influenciam na satisfação com o curso. Os alunos consideram ainda a condição financeira como um agente de impacto na vida acadêmica.

**Palavras-chave:** graduação. ensino-aprendizagem. ensino superior.

## ABSTRACT

Entering higher education signals a significant period of change, characterized by subjective transformations experienced by the individual within this new context. In this sense, entering undergraduate studies is the gateway to a new academic, social, and professional universe. Considering the process of adaptation to the new teaching-learning environment, aspects that challenge the life of a higher education student during their undergraduate studies arise during this period. Therefore, this work aims to describe the perception of Executive Secretarial students at the Federal University of Ceará (UFC) regarding the main challenges faced by higher education students during their undergraduate studies. To this end, a descriptive study with a quantitative approach was conducted using a questionnaire applied to students of the Executive Secretarial course at the Federal University of Ceará (UFC). The research showed that the challenging aspects of university life are interconnected with student satisfaction with the educational institution. The findings indicate that the surveyed students perceive the Federal University of Ceará as a quality institution. Concerning infrastructure, students highlight its influence on overall satisfaction with their course of study. Additionally, financial status was identified as a significant factor affecting their academic experience.

**Keywords:** undergraduate studies, teaching-learning, higher education.

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>7</b>
<b>2</b>	<b>REVISÃO DA LITERATURA.....</b>	<b>9</b>
<b>2.1</b>	<b>Expansão do Ensino Superior.....</b>	<b>9</b>
<b>2.2</b>	<b>Universidade Federal do Ceará.....</b>	<b>12</b>
<b>2.3</b>	<b>Evasão e Retenção no Ensino.....</b>	<b>14</b>
<b>2.4</b>	<b>Qualidade no Ensino.....</b>	<b>15</b>
<b>2.5</b>	<b>Fator pessoal e Socioeconômico.....</b>	<b>17</b>
<b>2.6</b>	<b>Infraestrutura.....</b>	<b>18</b>
<b>2.7</b>	<b>Secretariado Executivo.....</b>	<b>19</b>
<b>3</b>	<b>PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....</b>	<b>20</b>
<b>4</b>	<b>APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS.....</b>	<b>22</b>
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>26</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>28</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O ingresso no ensino superior sinaliza um período relevante de mudanças, caracterizado por transformações subjetivas vivenciadas pelo indivíduo inserido nesse novo contexto. A transição do ensino médio impacta a vida de muitos jovens que almejam ingressar na educação superior. Almeida e Soares (2004) explicam que esse processo ocorre, especialmente, por representar o encerramento de uma etapa formativa e o início de outra, permeada por novas responsabilidades, expectativas e desafios. Nesse sentido, adentrar na graduação configura-se como a porta de entrada para um novo universo acadêmico, social e profissional.

Com o auxílio de medidas governamentais que atenderam às demandas de grupos estudantis quanto à expansão do acesso ao ensino superior, o país apresentou um expressivo crescimento no número de matrículas. No entanto, o desenvolvimento da vida acadêmica exige atenção a outro aspecto fundamental: a continuidade do processo de graduação. Para isso, programas de permanência estudantil foram implementados. Silva e Sampaio (2022) refletem que toda política de permanência tem por objetivo evitar a descontinuidade do vínculo do aluno com a instituição de ensino.

Levando em consideração o processo de adaptação ao novo ambiente de ensino-aprendizagem, diversos aspectos desafiadores emergem durante esse período. Palavezzini e Alves (2020) apontam que, entre os mais recorrentes na literatura, destacam-se o desempenho acadêmico dos discentes, a satisfação com a estrutura organizacional e física da instituição, bem como questões complexas intrínsecas ao indivíduo, que se interligam à vida universitária. Além disso, fatores de ordem socioeconômica podem provocar situações de abandono ou prolongamento da permanência no ensino superior. Para além desses elementos, a avaliação da qualidade do ensino também gera uma percepção externa, capaz tanto de impulsionar a continuidade da graduação quanto de sinalizar a necessidade de maior atenção e cuidados por parte do Estado.

Diante desses aspectos desafiadores, compreende-se que o panorama descrito necessita ser aprofundado em diferentes contextos da graduação, de modo que as instituições possam contar com subsídios para a identificação de lacunas ainda existentes. Com o objetivo de delimitar o tema ao qual este trabalho se direciona, aborda-se o contexto da Universidade Federal do Ceará, especificamente o curso de graduação em Secretariado Executivo. Considerando as condições desafiadoras enfrentadas pelos estudantes ao longo da graduação, questiona-se: qual é a percepção dos alunos do curso de Secretariado Executivo da

Universidade Federal do Ceará (UFC) quanto aos principais desafios vivenciados no ensino superior?

Nesse sentido, o presente estudo tem como objetivo descrever a percepção dos alunos de Secretariado Executivo da Universidade Federal do Ceará (UFC) acerca dos principais desafios enfrentados durante a graduação. Para o alcance desse objetivo geral, o trabalho propõe-se a apresentar uma revisão bibliográfica sobre os principais desafios vivenciados ao longo da formação universitária, bem como descrever a evolução e a expansão do ensino superior, com ênfase na Universidade Federal do Ceará. Por fim, busca-se compreender de que forma esses desafios impactam a trajetória acadêmica dos estudantes.

No que se refere à estrutura do trabalho, apresenta-se inicialmente uma revisão bibliográfica acerca do tema central, seguida dos procedimentos metodológicos, da análise dos dados coletados por meio de questionário e, por fim, das considerações finais.

## **2 REVISÃO DA LITERATURA**

A compreensão dos desafios vivenciados pelos estudantes no ensino superior demanda o respaldo de referenciais teóricos que discutam as transformações históricas, sociais e institucionais que atravessam a universidade contemporânea. Nesse sentido, este capítulo apresenta a revisão da literatura que fundamenta a presente pesquisa, reunindo contribuições de autores que analisam a expansão do ensino superior brasileiro, as políticas de acesso e permanência, bem como os fatores acadêmicos, socioeconômicos e estruturais que influenciam a trajetória discente.

Dessa forma, o referencial teórico encontra-se organizado em eixos temáticos que dialogam com os objetivos do estudo: evasão e retenção no ensino superior; qualidade do ensino e da aprendizagem; fatores socioeconômicos e pessoais relacionados ao desempenho acadêmico; infraestrutura física e recursos acadêmicos; e, por fim, a contextualização do curso de Secretariado Executivo no âmbito da Universidade Federal do Ceará. Essa estrutura busca oferecer suporte conceitual e analítico para a interpretação dos dados empíricos apresentados nos capítulos subsequentes.

### **2.1 Expansão do Ensino Superior**

Segundo Brandão (1982), a educação é parte do que um grupo cria e recria em sociedade no contexto de suas inovações. Quanto às formas pelas quais a educação é produzida e praticada, o autor sinaliza que ela perpassa as palavras do grupo, seus códigos sociais de conduta, regras de trabalho, segredos da arte e da religião, técnicas artesanais e tecnológicas que possibilitam sua contínua reinvenção. Para o autor, a educação habita nas trocas existentes entre os sujeitos e a natureza, as quais ajudam a explicar, entre as gerações, a necessidade de sua existência.

Saviani (2007) apresenta o processo de institucionalização da educação, estabelecido no período em que a ideia de propriedade privada passa a vigorar, dividindo a sociedade em duas classes: a de proprietários e a de não proprietários. Antes desse processo, a educação resultava em uma ação espontânea, caracterizada pela produção da existência humana, que coincidia com o trabalho manual, comum a todos. Com a divisão de classes, a classe dominante, disposta de ócio, lazer e tempo livre, passa a organizar a educação em forma escolar, voltada à construção intelectual dos futuros dirigentes e líderes sociais.

Com as transformações informacionais ocorridas em meados do século XX, Tonet (2007) afirma que o tipo de formação exercida até então passou a exigir uma nova

formulação. Antes da revolução informacional, na era fordista-taylorista, a educação formava indivíduos para profissões que seriam exercidas até a aposentadoria, não sendo exigidas capacidades críticas ou inventivas. No entanto, com o novo modelo produtivo, o indivíduo, além do domínio tecnológico, passa a necessitar de habilidades como pensar criticamente, resolver problemas e lidar com imprevistos, exigindo-se, assim, uma formação polivalente.

No que tange à formação voltada ao ensino superior, cujo marco inicial foi o surgimento das primeiras universidades durante a Idade Média, Oliveira (2012) destaca que esse período teve início com a dissolução do Império Romano e de suas instituições, embora muitos costumes, leis e saberes romanos tenham sido preservados. A principal instituição da Alta Idade Média foi a Igreja Católica Romana, que exerceu grande influência na organização social e cultural da época. Nesse contexto, conforme Oliveira (2008), os monges desempenharam papel fundamental na preservação e disseminação do conhecimento, atuando como copistas e responsáveis pela continuidade da tradição intelectual.

Segundo Oliveira (2005), durante os séculos XII e XIII, em Bolonha, na Itália, consolida-se o período em que se acredita ter ocorrido o surgimento da universidade, a partir das escolas de pensamento do século XII e do respaldo governamental exercido pelos poderes laicos e eclesiásticos. Apoiado na literatura, Castanho (2002) explica que, em síntese, as universidades se diferenciam em quatro modelos: Imperial Napoleônico, Idealista Alemão, Elitista Inglês e Utilitarista Norte-Americano, sendo cada um moldado conforme as particularidades históricas, sociais e políticas de seus respectivos contextos.

No contexto brasileiro, entretanto, o desenvolvimento do ensino superior apresentou características distintas. Queiroz et al. (2013) explicam que a estruturação do ensino teve início no século XVI, com a implantação dos cursos de Filosofia e Teologia, marcados, assim como na Europa, por forte influência da Igreja Católica. Os autores acrescentam que, até 1759, o ensino superior no Brasil esteve sob responsabilidade dos colégios jesuítas, os quais foram substituídos pelas chamadas aulas régias após a expulsão da Companhia de Jesus.

Dando continuidade ao desenvolvimento histórico do ensino superior no Brasil, Sampaio (1991) explica que a chegada da corte real portuguesa, em 1808, marca o início da constituição do ensino superior no país. Esse processo, contudo, caracterizou-se pela profissionalização e pelo controle estatal sobre o sistema educacional, com o objetivo de formar uma elite coesa para atender às demandas do Estado. Corroborando essa perspectiva, Saviani (2010) explana que, nesse período, surgiram cursos como Engenharia, na Academia Real da Marinha e na Academia Real Militar; Cirurgia, na Bahia; Cirurgia e Anatomia, no Rio de Janeiro; além dos cursos de Medicina, Economia, Agricultura, Química e Desenho

Técnico, todos organizados como cursos superiores isolados, sem a constituição formal de universidades.

Nesse sentido, Brito e Cunha (2009) apontam que o ideal de universidade foi construído internamente a partir do pensamento de uma república independente, após transformações econômicas que diferenciam o Brasil de países vizinhos colonizados pela Espanha. Nesses países, a universidade constituiu-se como elemento central para o desenvolvimento social, histórico e político. No caso brasileiro, tal diferença decorreu da visão da colonização portuguesa, que compreendia a universidade como um possível obstáculo ao processo exploratório.

Após a abolição da escravatura, a queda do Império e a proclamação da República, ocorreram transformações sociais que impactaram diretamente o ensino superior. Saviani (2010) explica que, com a descentralização promovida pela Constituição da República, a iniciativa oficial retrocedeu, dando lugar ao surgimento de faculdades isoladas e experiências universitárias privadas, denominadas universidades passageiras. Um exemplo é a Universidade do Paraná, fundada em 1912, que foi posteriormente desativada, passando a abrigar a Faculdade de Direito e Engenharia, em 1920, e, posteriormente, o curso de Medicina, em 1922.

Nunes e Silva (2005) destacam que somente em 1920 foi criada, na cidade do Rio de Janeiro, a primeira instituição de ensino superior que prosperou sob a denominação de universidade, reunindo três escolas superiores isoladas. Ademais, Fávero (2006) ressalta que as discussões sobre o ensino superior ganharam força com a atuação da Associação Brasileira de Educação (ABE) e da Academia Brasileira de Ciências (ABC), que debatiam temas como a concepção de universidade, suas funções, a autonomia universitária e a busca por um modelo universitário adequado à realidade nacional.

Martins (2002) esclarece que, em 1931, durante o governo provisório de Getúlio Vargas, foi instaurada a Reforma Francisco Campos, então ministro da Educação. Essa reforma regulamentou a organização universitária, introduzindo a cobrança de anuidades e contrariando a concepção de universidade gratuita defendida anteriormente. Nesse contexto, Novais, Medeiros e Silva (2018) acrescentam que, apesar da manutenção da liberdade da iniciativa privada, o período não apresentou expansão significativa no número de universidades, visto que, em 1945, existiam apenas três instituições universitárias, responsáveis por aproximadamente 21 mil vagas.

Entre os anos de 1945 e 1960, Sampaio (1991) explica que o crescimento do número de universidades ocorreu principalmente em função da federalização de instituições estaduais

criadas na década de 1930, bem como pela difusão da ideia de que cada unidade federativa deveria possuir uma universidade federal. Nesse período, Queiroz et al. (2013) apontam que o número de matrículas nas instituições públicas aumentou de 21.307 para 59.624.

De acordo com Santos e Cerqueira (2009), foi também nesse período que surgiu a União Nacional dos Estudantes (UNE), movimento estudantil que reivindicava a ampliação de vagas nas universidades públicas e a substituição do setor privado, defendendo uma universidade comprometida com o ensino, a pesquisa e a extensão. Martins (2002) complementa que esse cenário esteve articulado às discussões da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1961, embora tenha representado uma derrota para os reformadores ao reforçar a liberdade de ensino e a atuação da iniciativa privada.

Durante o período da ditadura militar, especialmente a partir de 1968, o ensino superior passou por uma reforma universitária aprovada pela Lei nº 5.540/1968, que instituiu a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Além disso, promoveu mudanças na carreira docente, com a criação da pós-graduação e o incentivo à pesquisa científica. Embora direcionada às instituições públicas, a reforma também impactou o setor privado.

Segundo Nepomuceno, Ferreira e Cabello (2023), as décadas de 1980 e 1990 foram marcadas pela redução de investimentos na educação superior pública, resultando na precarização dos serviços universitários. Nesse contexto, a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, assegurou a coexistência de instituições públicas e privadas, bem como a gratuidade nas instituições públicas. Os autores destacam ainda que a década de 1990 foi marcada pela expansão do ensino superior privado, impulsionada por políticas como o Programa Universidade para Todos (ProUni) e o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES). Nos anos 2000, observa-se a retomada dos investimentos nas universidades públicas por meio do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), contribuindo para a criação de novas instituições e para o processo de democratização do acesso ao ensino superior.

## **2.2 Universidade Federal do Ceará**

No presente estudo, delimita-se o viés acadêmico ao contexto da Universidade Federal do Ceará (UFC). A instituição foi criada por meio da Lei nº 2.373/1954, a partir da reunião da Faculdade de Direito do Ceará, da Faculdade de Farmácia e Odontologia do Ceará, da Escola de Agronomia do Ceará e da Faculdade de Medicina do Ceará. Atualmente, a UFC é composta por oito campi, distribuídos entre a capital e o interior do estado: Campus do

Benfica, Campus do Pici e Campus Porangabuçu, localizados em Fortaleza; e os campi de Sobral, Quixadá, Crateús, Russas e Itapajé (UFC, 2025).

Conforme dados divulgados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), em 2025, a Universidade Federal do Ceará obteve nota máxima no Índice Geral de Cursos (IGC), vinculado ao Ministério da Educação. Esse resultado corrobora Andriole e Oliveira (2015), ao afirmarem que a UFC é uma instituição em constante transformação, buscando novos e melhores caminhos, ainda que condicionada por fatores externos.

Com relação aos programas oferecidos pela Universidade Federal do Ceará (UFC), a partir de consulta ao site institucional, identifica-se a Pró-Reitoria de Assistência Estudantil (PRAE), criada a partir da necessidade de descentralização administrativa e acadêmica, com o objetivo de promover políticas de assistência estudantil e favorecer a permanência discente. Entre os programas disponibilizados pela Pró-Reitoria, destacam-se os auxílios e bolsas, tais como a Bolsa de Iniciação Acadêmica (BIA), Bolsa Permanência, Bolsa de Incentivo ao Desporto, Auxílio Creche e Auxílio Moradia. Para além do apoio financeiro, a PRAE oferece módulos formativos para estudantes ingressantes, Residência Universitária, Restaurante Universitário, serviços de orientação e ações voltadas à saúde mental, entre outras iniciativas que integram a política de assistência estudantil.

Para Caminha (2024), as ações de assistência estudantil configuram-se como ferramentas centrais para a redução das desigualdades sociais no contexto universitário, possibilitando a continuidade acadêmica. A autora ressalta, contudo, a necessidade de ampliação da abrangência dessas ações, especialmente no que se refere ao cuidado com a saúde mental e psicológica dos estudantes. Considerando que o ingresso na universidade constitui um período marcado por intensas mudanças e adaptações, Almeida e Soares (2004) explicam que, para além das demandas de aprendizagem, a entrada no ensino superior envolve variáveis significativas para o desenvolvimento psicossocial. Os estudantes ingressantes lidam simultaneamente com tarefas de cunho curricular, processos de consolidação subjetiva, estabelecimento de relações interpessoais mais maduras, questões íntimas e o comprometimento com objetivos pessoais, elementos fundamentais para o desenvolvimento do indivíduo no contexto universitário.

### 2.3 Evasão e Retenção no Ensino

No âmbito da graduação, os estudantes estão sujeitos a diferentes desafios e limitações ao longo de sua trajetória acadêmica. Segundo Nardin (2025), o período de transição é marcado pelas diferenças nos processos de ensino-aprendizagem, pela necessidade de organização autônoma do tempo de estudo e por um acompanhamento pedagógico mais distante por parte dos docentes do ensino superior. Ademais, Palavezzini e Alves (2020) destacam fatores como evasão e retenção no ensino superior, qualidade do ensino e da aprendizagem, condições socioeconômicas e pessoais, bem como infraestrutura e recursos acadêmicos, os quais configuram um cenário de vulnerabilidade acadêmica, evidenciado por necessidades estruturais de ordem objetiva e subjetiva.

Entre os desafios mencionados, a evasão e a retenção no ensino superior são compreendidas, na literatura, como fenômenos multifatoriais, influenciados por diferentes aspectos motivacionais. Pinheiro, Ribeiro e Fernandes (2023) explicam que, após a expansão do sistema de ensino superior a partir dos anos 2000, intensificaram-se os estudos sobre evasão, com o objetivo de conceituar o fenômeno, analisar suas causas e propor estratégias de enfrentamento. No Brasil, o marco analítico fundamental sobre a evasão foi estabelecido em 1996 pela Comissão Especial de Estudos sobre Evasão nas Universidades, que, no relatório Brasil (1996), definiu a evasão como a saída definitiva do estudante de seu curso de graduação sem a conclusão do diploma. O referido relatório caracteriza três tipos de evasão: de curso, de instituição e de sistema. A evasão de curso refere-se ao desligamento do estudante por abandono, desistência oficial, transferência, reopção de curso ou exclusão institucional, enquanto as demais dizem respeito ao afastamento da instituição ou do sistema, de forma temporária ou definitiva.

Bueno (1993) diferencia evasão de exclusão ao afirmar que a evasão implica uma decisão ativa do estudante em desligar-se do curso, ao passo que a exclusão remete à responsabilidade institucional, associada à ausência de condições favoráveis à permanência acadêmica. Ristoff (1995) acrescenta que parte dos casos de evasão pode ser compreendida como mobilidade acadêmica, caracterizada pela migração do estudante para outro curso, em busca de realização pessoal e profissional. Para Silva Filho (2007), a evasão representa um desperdício social, acadêmico e econômico, uma vez que recursos públicos são investidos sem retorno. O autor distingue a evasão anual média, que mensura a proporção de matrículas ao longo de determinado período, e a evasão total, que corresponde ao número de estudantes que ingressam em um curso, mas não o concluem.

Ampliando a discussão conceitual, Coimbra, Silva e Costa (2021) compreendem a evasão como qualquer desligamento do curso, da instituição ou do sistema de ensino superior, classificando-a em três tipos: evasão por exclusão, evasão para inserção e evasão por externalidades. A evasão por exclusão decorre de fragilidades institucionais e curriculares; a evasão para inserção relaciona-se à busca individual por novas oportunidades, sem relação direta com a qualidade do curso ou da instituição; e a evasão por externalidades referem-se a fatores externos e imprevisíveis, como problemas graves de saúde, óbito ou deslocamentos familiares.

Silveira e Bouzan (2024), em estudo com ex-acadêmicos de uma universidade federal, identificaram fatores internos e externos associados à evasão. Entre os fatores internos, destacam-se a falta de identificação com o curso e a estrutura curricular. Já os fatores externos incluem a necessidade de conciliar trabalho e estudo, resultando em sentimentos de incapacidade, desânimo e adoecimento psíquico. Os autores ressaltam que a evasão representa uma perda de potencial intelectual, financeiro e social, impactando negativamente a trajetória pessoal, profissional e cidadã dos indivíduos.

No movimento oposto à evasão, a retenção acadêmica refere-se aos esforços institucionais para manter o estudante no sistema de ensino superior. Oliveira e Barbosa (2016) explicam que a retenção está diretamente associada à capacidade das instituições de influenciar positivamente a trajetória discente, garantindo condições para uma formação bem-sucedida. Dos Santos et al. (2024) apontam que, apesar das políticas públicas voltadas à retenção, muitos objetivos ainda não foram alcançados, sobretudo em razão das desigualdades sociais. Os autores destacam que a justiça educacional será efetivamente alcançada quando as taxas de conclusão do ensino superior se aproximarem das taxas de ingresso, especialmente entre grupos socialmente vulnerabilizados.

## **2.4 Qualidade no Ensino**

Outro aspecto relevante diz respeito à qualidade do ensino, conceito que não apresenta definição consensual na literatura. Fontoura e Corsetti (2018) afirmam que a qualidade envolve dimensões acadêmicas, educativas e sociais, evidenciando a complexidade do termo. Cavalcanti, Guerra e Gomes (2024) acrescentam que, no âmbito educacional, a qualidade está associada à execução eficaz do planejamento pedagógico e à formação integral do cidadão. A expansão universitária intensificou os debates sobre a qualidade do ensino superior. Spanholi e Rios (2011) relacionam a qualidade à formação prévia dos estudantes, à qualificação do

corpo docente, à estrutura curricular e às condições de infraestrutura. Durham (2018) destaca que a heterogeneidade da população acadêmica e os processos avaliativos constituem desafios adicionais, demandando soluções diversificadas e contextualizadas. Com base nessa perspectiva, a autora sinaliza que não há uma solução simples ou única para a melhoria da qualidade do ensino superior. Ao contrário, a superação desse desafio demanda estratégias múltiplas, que envolvem, entre outros aspectos, o fortalecimento da formação básica dos estudantes, a diversificação dos objetivos institucionais e curriculares e a adoção de critérios avaliativos que considerem a heterogeneidade dos perfis discentes.

Corroborando esse entendimento, Schwartzman, Silva Filho e Coelho (2021) argumentam que as disparidades existentes entre as instituições de ensino superior, no que se refere ao porte, às áreas de formação ofertadas e à composição do corpo docente justificam classificações diferenciadas, o que exige a construção de indicadores de avaliação adequados às especificidades de cada tipo de instituição.

Complementarmente buscando propor um modelo avaliativo voltado aos serviços prestados pelas instituições de ensino superior, Poffo (2023) reuniu referenciais teóricos internacionais e o instrumento de avaliação adotado pelo Ministério da Educação. O modelo proposto contempla nove dimensões: reputação mercadológica, segurança, atendimento administrativo, relacionamento interpessoal, infraestrutura, oportunidades de carreira, aspectos educacionais, aspectos acadêmicos e transformação social

No plano nacional, o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), instituído pela Lei nº 10.861/2004, estabelece três eixos avaliativos: avaliação institucional, avaliação dos cursos de graduação e avaliação do desempenho discente. Cavalcanti, Guerra e Gomes (2024) afirmam que o sistema reforça a responsabilização das instituições pela qualidade dos cursos ofertados. No que se refere à infraestrutura, Brasil (2014) destaca que a avaliação das condições físicas visa compreender de que forma a comunidade acadêmica desenvolve suas atividades. Silva (2003) enfatiza que o planejamento estratégico dos espaços institucionais é fundamental para atender às demandas de ensino, pesquisa e extensão. Palavezzini e Alves (2020) ressaltam que a precariedade estrutural contribui para a vulnerabilidade acadêmica, sendo indispensável a atuação do Estado na formulação de políticas públicas.

## 2.5 Fator pessoal e Socioeconômico

Considerando que o desempenho acadêmico também se configura como um aspecto desafiador na trajetória universitária, Oliveira e Caggy (2013) apontam que fatores de ordem familiar e econômica exercem influência direta sobre os resultados obtidos pelos discentes. Segundo os autores, tais impactos podem manifestar-se de forma positiva ou negativa, repercutindo nas condições de aprendizagem e no aproveitamento acadêmico.

Nessa mesma direção, Sampaio et al. (2011) destacam que a renda familiar interfere inclusive nas escolhas vocacionais, contribuindo para a produção de desigualdades entre os estudantes. De acordo com os autores, universitários com maior poder aquisitivo tendem a apresentar maior flexibilidade para mudar de curso ou redefinir trajetórias formativas, enquanto alunos de baixa renda, em razão das limitações financeiras, enfrentam restrições mais acentuadas quanto à permanência e continuidade dos estudos.

A renda também se relaciona às oportunidades educacionais anteriores ao ingresso no ensino superior. Kuckelhaus, Santos e Luz (2017) argumentam que estudantes com melhores condições econômicas possuem maior acesso a cursos preparatórios e recursos pedagógicos, o que favorece a adaptação ao sistema universitário. Em contraste, discentes de baixa renda frequentemente necessitam conciliar estudo e trabalho, reduzindo o tempo disponível para dedicação acadêmica e, conseqüentemente, impactando o desempenho.

Para além dos aspectos econômicos, Palavezzini e Alves (2020) ressaltam a relevância de fatores familiares e pessoais na experiência universitária. Entre os elementos destacados estão a adaptação ao ambiente acadêmico, o grau de satisfação com o curso e com a instituição, o sentimento de pertencimento e a qualidade das relações interpessoais estabelecidas com colegas, docentes e servidores. As autoras enfatizam ainda que as condições socioeconômicas são determinantes para a garantia de necessidades básicas — como alimentação, moradia, transporte e saúde, o que reforça a importância de políticas de assistência estudantil, bem como de ações de apoio sócio emocional aos ingressantes.

No âmbito das universidades federais, Castro et al. (2022), em estudo realizado com estudantes da UFRJ, identificaram que essas instituições são frequentemente associadas à possibilidade de ascensão social. Nesse contexto, o percurso formativo é compreendido como um marco de transição entre a dependência familiar e a construção de maior autonomia financeira e subjetiva. Contudo, os autores evidenciam que esse processo pode gerar pressões significativas, desencadeando manifestações de adoecimento psíquico relacionadas às

exigências acadêmicas e sociais, o que aponta para a necessidade de ampliação de espaços institucionais de acolhimento estudantil.

Corroborando essa perspectiva, Juarez et al. (2023) conceituam o desempenho acadêmico como uma construção teórica complexa, resultante da interação entre dimensões sociais, psicológicas e educacionais, que influenciam conhecimentos, atitudes, hábitos, habilidades, competências, interesses e motivações. Assim, as variáveis que afetam o rendimento discente assumem natureza psicossocial, acadêmica, econômica, familiar, pessoal e institucional, evidenciando o caráter multidimensional do fenômeno.

Diante desse conjunto de fatores, observa-se que o desempenho acadêmico não depende exclusivamente do esforço individual, mas das condições objetivas e subjetivas que permeiam a experiência universitária. Nesse contexto, a infraestrutura institucional também se apresenta como um elemento relevante, uma vez que interfere diretamente nas condições de estudo, na qualidade do processo formativo e na satisfação dos estudantes com o curso.

## **2.6 Infraestrutura**

Contribuindo para a aquisição do desempenho, outro fator desafiante enfrentado pelos estudantes durante a graduação é a infraestrutura. Sob o olhar avaliativo a infraestrutura física é verificada para observar de que forma o convívio da comunidade acadêmica realiza suas atividades (Brasil, 2014). Em dissertação de mestrado, Silva (2003) aponta que as instituições de ensino superior precisam planejar de forma estratégica seus espaços para suprir de fato as necessidades inerentes às atividades acadêmicas, pesquisas e a prestação de serviços à comunidade.

Em estudo Palavezzini e Alves (2020), esclarecem que a falta de condições estruturais, institucionais e acadêmicas reforçam um contexto de vulnerabilidade acadêmica. As autoras complementam ainda que é de fundamental importância o papel do Estado na implementação de políticas, programas e projetos que envolvam o ensino superior.

Desse modo, pode-se considerar parte da indisponibilidade da estrutura física a precariedade de sala de aulas, laboratórios, bibliotecas e o bom funcionamento profissional da rotina de professores e técnicos administrativos. Seguindo essa sequência Fermin (2024) em estudo exprime que a infraestrutura de má qualidade pode trazer inúmeros problemas, entraves que contribuem para um prejuízo significativo para a vida acadêmica do estudante, como: abandono, desinteresse, retenção e baixo rendimento acadêmico.

Para Osti e Almeida (2022) apontam a infraestrutura, bem como o uso de recursos da instituição como um ponto de satisfação entre os discentes. Desse modo, Oliveira e Rothen (2024) consideram a Avaliação da Educação do Ensino Superior (SINAES), um processo que apresenta em um de seus pilares a Avaliação institucional, um processo de avaliação interno e complementado com ações externas de avaliação. Segundo a Lei nº 10.861 de 2004, no artigo 3º inciso VII, a dimensão infraestrutura é avaliada com o intuito de verificar o impacto de sua atuação.

## **2.7 Secretariado Executivo**

Considerando os aspectos desafiadores discutidos até o momento, torna-se pertinente apresentar um breve histórico do curso de Secretariado Executivo, a fim de contextualizar a constituição e a consolidação da profissão no cenário educacional e organizacional brasileiro. Tal resgate histórico contribui para compreender as especificidades formativas e as demandas contemporâneas que incidem sobre a trajetória acadêmica desses estudantes.

Historicamente, a profissão de Secretariado Executivo remonta à figura dos escribas. Pozzer (1999) destaca que esses profissionais, oriundos de famílias com maior poder aquisitivo, tinham acesso à instrução formal e exerciam funções relacionadas à administração de grandes patrimônios e territórios. Detentores do domínio da escrita e de conhecimentos administrativos, os escribas simbolizavam o saber técnico e desempenhavam múltiplas tarefas de gestão, configurando-se como precursores das atividades secretariais.

No que se refere à evolução da profissão, Bittencourt e Mendes (2022) identificam dois momentos marcantes: inicialmente, a predominância masculina na ocupação e, posteriormente, o período da Segunda Guerra Mundial, que reconfigurou o mercado de trabalho e ampliou a inserção feminina nas atividades administrativas. Embora a presença das mulheres tenha se tornado majoritária e socialmente associada à profissão, os autores observam um movimento recente de retorno do público masculino ao campo do Secretariado, ainda permeado pela necessidade de superação de estereótipos historicamente construídos.

As transformações no mundo do trabalho e a crescente complexidade das atribuições desempenhadas pelo secretário executivo impulsionaram a necessidade de formação acadêmica específica. Nesse contexto, Muller (2021) aponta que a instalação de empresas multinacionais no Brasil, entre as décadas de 1940 e 1950, difundiu a cultura organizacional que demandava profissionais qualificados para funções de assessoramento e gestão. Contudo, diante da escassez de cursos de capacitação e do caráter ainda incipiente da

profissionalização, foi somente no final da década de 1960 que se instituiu o primeiro curso superior de Secretariado Executivo no país, na Universidade Federal da Bahia.

Posteriormente, conforme Cielo, Schmidt e Wenningkamp (2014), a década de 1980 representou um período de maior visibilidade e reconhecimento profissional, com a consolidação do secretariado nas estruturas organizacionais. Ainda nesse período, a profissão foi regulamentada pela Lei nº 7.377, de 1985, posteriormente complementada pela Lei nº 9.261, de 1996, que estabeleceu a distinção entre o nível técnico e o nível superior de formação.

Paralelamente, surgiram entidades representativas, como a Federação Nacional das Secretárias e Secretários (FENASSEC), responsável pela defesa dos direitos da categoria, pela implementação do Código de Ética Profissional e pela mobilização em torno da criação de um conselho profissional. Todavia, Vieira e Zuin (2015) destacam que, na ausência de um órgão regulador que assegure a proteção legal do exercício profissional como o Conselho Federal de Secretariado, a área ainda enfrenta desafios no processo de consolidação e reconhecimento pleno enquanto profissão regulamentada.

No que tange aos saberes e competências do Secretariado Executivo, Azevedo, Sabino e Bezerra (2023), ao analisarem a produção acadêmica de cinco universidades federais, verificaram que não houve mudanças substanciais nas competências essenciais atribuídas ao profissional. Observou-se, contudo, uma atualização dos instrumentos tecnológicos utilizados, mantendo-se o escopo tradicional de atribuições, como arquivamento, agendamento, atendimento, gerenciamento de informações e apoio administrativo. Entre os conhecimentos e habilidades requeridos, destacam-se técnicas de redação, etiqueta social e empresarial, domínio de programas de gestão, comunicação efetiva e competências interpessoais.

### **3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

O presente estudo tem como objetivo descrever a percepção dos alunos de Secretariado Executivo da Universidade Federal do Ceará (UFC) acerca dos principais desafios enfrentados durante a graduação. Quanto à abordagem metodológica, a pesquisa caracteriza-se como de natureza quantitativa, uma vez que se fundamenta na mensuração e análise numérica das percepções dos estudantes.

No que se refere aos objetivos, a pesquisa classifica-se como descritiva. Conforme Gil (2002), os estudos descritivos têm por finalidade descrever as características de uma

determinada população ou fenômeno, estabelecendo relações entre variáveis, sem a intenção de interferir na realidade investigada.

O procedimento de coleta de dados adotado foi o questionário estruturado, composto por questões fechadas, elaborado a partir da literatura referente à evasão, retenção, qualidade do ensino, infraestrutura e assistência estudantil. A aplicação do instrumento ocorreu de forma online, por meio da plataforma Google Forms, sendo divulgado aos estudantes durante um período de três dias, no mês de janeiro de 2026, em razão da facilidade de acesso e maior alcance dos respondentes.

A população do estudo é composta por 172 discentes com matrícula ativa no curso de Secretariado Executivo da Universidade Federal do Ceará. A amostra foi constituída por 30 estudantes que responderam voluntariamente ao questionário, caracterizando-se como uma amostra não probabilística, por conveniência.

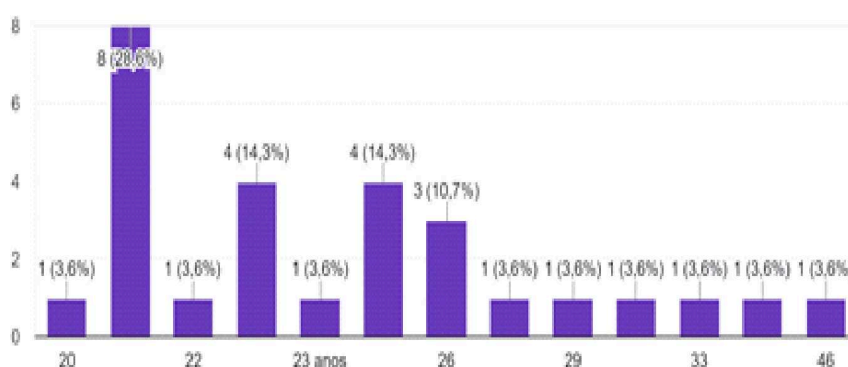
A análise dos dados ocorreu por meio de estatística descritiva, com a tabulação das respostas e o cálculo de frequências, percentuais e médias, possibilitando a interpretação dos resultados à luz do referencial teórico adotado. Ressalta-se que a participação dos respondentes foi voluntária e anônima, assegurando-se a confidencialidade das informações coletadas.

O questionário aplicado foi estruturado em quatro seções. A primeira seção destinou-se à caracterização do perfil social e acadêmico dos respondentes. Da segunda à quarta seção, concentraram-se questões relacionadas aos desafios identificados na literatura, a saber: evasão e retenção no ensino superior; qualidade do ensino e da aprendizagem; fatores socioeconômicos e pessoais no desempenho acadêmico; e, por fim, infraestrutura e recursos acadêmicos.

#### 4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS

No primeiro bloco do instrumento, referente ao perfil dos respondentes, observou-se que, de uma população total de 172 discentes com matrícula ativa no curso de Secretariado Executivo da Universidade Federal do Ceará, 30 estudantes aderiram à pesquisa, o que corresponde a um percentual de 17,44% da população investigada. No que se refere à idade, identificou-se que os respondentes apresentam média etária de 25 anos, conforme ilustrado no Gráfico 01.

Gráfico 01 - Idade dos respondentes



Fonte: Dados da pesquisa (2026).

Quanto à distribuição de gênero, verificou-se a predominância do gênero feminino entre os participantes, representando 62,1% da amostra. Ainda que em percentual inferior, observou-se a presença de respondentes do gênero masculino, o que dialoga com as reflexões de Bittencourt e Mendes (2022) acerca do retorno gradual desse público à área do Secretariado Executivo.

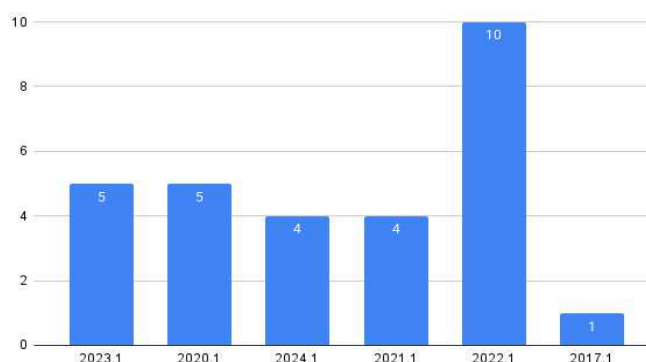
No que se refere à autodeclaração racial, constatou-se que apenas um dos respondentes se autodeclara preto, enquanto os demais se distribuem entre as categorias parda e branca. Em relação ao estado civil, observou-se que 78,6% dos participantes declararam-se solteiros, seguidos por quatro respondentes casados e dois em união estável. Considerando esse contexto, verificou-se que a quantidade de estudantes com filhos é reduzida, correspondendo a três respondentes.

Quando questionados sobre o impacto das responsabilidades familiares na vida acadêmica, 75% dos participantes afirmaram que tais responsabilidades interferem em seu percurso formativo, confirmando o que Palavezzini e Alves (2020) ressaltaram quanto ao fator familiar. No que concerne à situação ocupacional, identificou-se que 28 respondentes

encontram-se empregados, conciliando estudos e trabalho em regime integral, sendo, em sua maioria, em atividades laborais relacionadas à área de formação.

Quanto ao ano de ingresso no curso, constatou-se que a maior parte dos respondentes iniciou a graduação no primeiro semestre de 2022. Observa-se, ainda, a presença de cinco estudantes remanescentes do primeiro semestre de 2020, Santos et al. (2024), confirmam que a justiça educacional será efetiva quando o número de ingresso e saída forem iguais, acompanhe dados conforme apresentado no Gráfico 02.

Gráfico 02 - Ano de ingresso ao curso de Secretariado Executivo na Universidade federal do Ceará (UFC)



Fonte: Dados da pesquisa (2026).

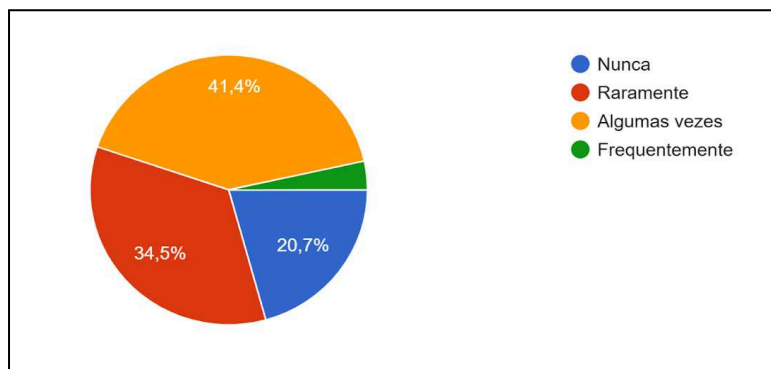
Quando questionados acerca da renda familiar mensal, observou-se maior concentração de respondentes na faixa de até dois salários mínimos, totalizando 15 respostas. Em seguida, 11 discentes declararam renda familiar entre mais de dois e até cinco salários mínimos. No que se refere ao acesso à internet e a equipamentos para fins acadêmicos, constatou-se que 25 respondentes possuem acesso contínuo a computador ou tablet para a realização de atividades de estudo.

No tocante à participação em programas de assistência estudantil, verificou-se que 21 respondentes informaram não participar ou não ter participado de bolsas acadêmicas ofertadas pela universidade. De modo geral, os dados não indicam, de forma predominante, a presença de vulnerabilidade socioeconômica acentuada entre os respondentes, ainda que se observe a concentração de renda nas faixas mais baixas.

No segundo bloco do questionário, as questões abordaram aspectos relacionados à evasão e à retenção no ensino superior. Ao serem questionados sobre a ocorrência de pensamentos relacionados ao abandono do curso em algum momento da graduação, 12 discentes indicaram que já tiveram esse tipo de pensamento algumas vezes. Em contraponto, 10 respondentes afirmaram que raramente pensaram em abandonar o curso, enquanto seis

declararam nunca ter cogitado essa possibilidade. Por fim, um respondente indicou pensar frequentemente em abandonar a graduação, conforme demonstrado no Gráfico 03.

Gráfico 03 - Pensamento em abandonar o curso



Fonte: Dados da pesquisa (2026).

Nos casos em que houve o pensamento de abandono de curso os discentes pontuaram os motivos pelos quais contribuíram para esse fator, dentre os aspectos que contribuíram para o pensamento se apresentam: problemas pessoais ou familiares, dificuldades acadêmicas, Metodologias de ensino, dificuldades financeiras e falta de identificação com o curso. Das possíveis motivações que Silveira e Bouzan (2024) pontuaram, existem duas categorias externas e internas, no que refere os respondentes a interna desponta.

Questionados também pelo que para eles contribui para a permanência dos alunos, os discentes responderam. Em primeiro lugar a qualidade de ensino, apoio financeiro, apoio pedagógico, relação com os professores e a infraestrutura adequada. Verifica-se que os aspectos desafiantes ao longo do trabalho são também, quando sanados, força que impulsiona a permanência.

De acordo com o terceiro bloco de respostas que trata sobre a qualidade de ensino e a aprendizagem, os respondentes foram questionados sobre coisas que na percepção deles contribuíram para a qualidade de ensino. Além disso, foi utilizado a escala likert para descrever os graus de concordância. Nesse sentido, todos os fatores relacionados à qualidade de ensino receberam respostas positivas, quanto à infraestrutura, o domínio de conteúdo pelos docentes, boa didática por parte dos professores, percepção de currículo alinhado ao mercado, metodologias que favorecem a participação e apoio pedagógico.

No entanto, quando questionados se os professores realizam acompanhamento do desempenho acadêmico, as respostas foram desfavoráveis, não concordaram com a afirmação. Nesse sentido Nardin (2025) apontou o estranhamento pelos ingressantes do ensino superior

com o modelo de ensino-aprendizagem e também pela comum distância dos professores, o que contribui para a autonomia na vida acadêmica.

Por fim, o terceiro bloco encerra-se com duas perguntas usando a classificação por notas de 0 a 10 quanto a satisfação dos respondentes com o curso de Secretariado Executivo, dentre as 30 respostas, 12 discentes classificaram o curso com nota oito, enquanto que pontualmente responderam com notas abaixo de cinco. Quando perguntados sobre a qualidade do ensino, 10 dos respondentes pontuaram com nota oito também.

Das questões apresentadas quanto ao bloco quatro que envolve os fatores socioeconômico e os fatores pessoais como desafios no desempenho, verificou-se que os alunos concordam, na maioria dos respondentes, que as condições financeiras interferem no desempenho acadêmico, O trabalho em tempo integral impacta negativamente a rotina de estudos, que as responsabilidades acadêmicas dificultam a dedicação às atividades, com 13 respostas, bem como, concordam que o apoio familiar é importante durante a graduação, 25 respostas. Confirma com o que Kuckelhaus, Santos e Luz (2017) e Sampaio et al. (2011) afirmam.

No sentido emocional, os alunos concordam também que a saúde mental já prejudicou em algum momento da graduação o desempenho acadêmico, nesse sentido, quando questionados se a instituição oferece suporte para questões de bem estar e saúde mental os respondentes apresentaram posição desfavorável. Para Carminha (2024) os serviços de apoio psicológico no contexto da Universidade Federal do Ceará precisam ser ampliados

Com relação ao último bloco de questões que verifica a infraestrutura e os recursos acadêmicos, desse modo os alunos, concordam parcialmente que as sala de aula estão adequados ao ensino, concordam parcialmente ainda que os laboratórios de informática e os demais são adequados ao curso, concorda totalmente que o acervo da biblioteca está adequado a formação. Ademais, concordam parcialmente que as estruturas físicas como o banheiro estejam limpas e adequadas para uso de discentes e docentes. Por fim, os alunos concordam parcialmente que a infraestrutura da instituição apresenta condições adequadas de acessibilidade para os estudantes com deficiência. Nesse sentido, para os alunos a infraestrutura influencia parcialmente a satisfação com o curso, o que confirma com o que Fermin (2024) contribuiu.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo principal descrever a percepção dos discentes do curso de Secretariado Executivo da Universidade Federal do Ceará (UFC) acerca dos principais desafios enfrentados ao longo da graduação. Nessa perspectiva, buscou-se compreender de que maneira os estudantes avaliam aspectos considerados desafiadores na trajetória acadêmica, os quais podem impactar diretamente a permanência no curso, o desempenho acadêmico e a experiência formativa, tanto no que se refere à relação com a instituição quanto aos processos de ensino e aprendizagem.

A partir da revisão de literatura, identificou-se que a expansão do ensino superior contribuiu para a ampliação e heterogeneização do perfil discente, evidenciando a presença de diferentes demandas sociais, econômicas e acadêmicas no interior das universidades. Nesse contexto, foram delimitados cinco eixos centrais de análise, recorrentes na produção científica sobre a temática: evasão e retenção no ensino superior; qualidade do ensino e da aprendizagem; fatores socioeconômicos e pessoais que influenciam o desempenho acadêmico; infraestrutura física; e disponibilidade de recursos acadêmicos.

Com base nesses eixos, aplicou-se um questionário estruturado, com o objetivo de captar a percepção dos estudantes quanto aos desafios vivenciados. Os resultados indicaram que tais dimensões se encontram interligadas. Observou-se que, ao relatarem pensamentos de evasão, os discentes apontam predominantemente problemas pessoais ou familiares como fatores motivadores. Em contrapartida, ao indicarem elementos que favorecem a permanência, destacam a qualidade do ensino como aspecto central.

De modo geral, verificou-se que os estudantes avaliam a Universidade Federal do Ceará de forma positiva, atribuindo níveis satisfatórios de qualidade ao ensino ofertado pelo curso de Secretariado Executivo e à instituição como um todo. Entretanto, essa percepção favorável não elimina a existência de fragilidades, evidenciadas por respostas que demonstram concordância parcial com diferentes aspectos analisados.

No que se refere aos fatores socioeconômicos e pessoais, a condição financeira foi apontada como elemento de impacto relevante na vida acadêmica. Ademais, a necessidade de conciliar trabalho e estudo foi associada a dificuldades na organização do tempo, cansaço físico e desgaste emocional, fatores que podem comprometer o desempenho acadêmico.

Somado a isso, os discentes indicaram que o suporte institucional voltado ao bem-estar e à saúde mental ainda é percebido como insuficiente.

Quanto à infraestrutura, os respondentes reconheceram sua influência direta na satisfação com o curso e na experiência universitária. Embora a avaliação geral da instituição seja positiva, os dados sugerem a necessidade de aperfeiçoamentos estruturais e de ampliação de recursos que garantam melhores condições de permanência e aprendizagem.

Dessa forma, considera-se que os objetivos propostos foram alcançados, uma vez que a pesquisa possibilitou identificar e descrever os principais desafios vivenciados pelos estudantes sob a perspectiva discente. Como contribuição, o estudo oferece subsídios para a reflexão institucional acerca de políticas de permanência, qualidade do ensino e apoio psicossocial. Por fim, destaca-se como limitação a baixa adesão ao questionário, recomendando-se, para investigações futuras, estratégias de ampliação da participação estudantil, bem como o aprofundamento de discussões relacionadas ao acolhimento e à assistência em saúde mental no contexto universitário.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, L. S.; SOARES, A. P. Os estudantes universitários: sucesso escolar e desenvolvimento psicossocial. *In*: MERCURI, E.; POLYDORO, S. A. J. (orgs.). **Estudante universitário**: características e experiências de formação. Taubaté: Cabral Editora e Livraria Universitária, 2004, p. 15-40.
- ANDRIOLA, Wagner Bandeira; OLIVEIRA, Karla Roberta Brandão de. Autoavaliação institucional na Universidade Federal do Ceará (UFC): meio século de história. **Avaliação**, Sorocaba, v. 20, n. 2, p. 489-512, jul. 2015. Disponível em [http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-40772015000200489&lng=pt&nrm=iso](http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-40772015000200489&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 20 jan. 2026.
- AZEVEDO, Kaique Lima.; SABINO, Rosimeri Ferraz.; BEZERRA, Antônio Ponciano. Saberes e competências na literatura para o secretariado. **Revista ECOS**, [S. I.], v. 34, n. 1, p. 173–195, 2023. Disponível em: <https://periodicos.unemat.br/index.php/ecos/article/view/6311>. Acesso em: 19 jan. 2026.
- BITTENCOURT, Nathália Brunetti Gonçalves.; MENDES, Diego Costa. Estereótipos de gênero no curso de Secretariado Executivo: discussões a partir do olhar de estudantes do gênero masculino. **Revista de Gestão e Secretariado**, [S. I.], v. 13, n. 1, p. 145–169, 2022. DOI: 10.7769/gesec.v13i1.1260. Disponível em: <https://ojs.revistagesec.org.br/secretariado/article/view/1260>. Acesso em: 20 jan. 2026.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Relatório da comissão especial de estudos sobre evasão nas universidades públicas brasileiras, 1996**. Brasília: MEC, 1996. Disponível em: [https://www.andifes.org.br/wp-content/files\\_flutter/Diplomacao\\_Retencao\\_Evasao\\_Graduacao\\_em\\_IES\\_Publicas-1996.pdf](https://www.andifes.org.br/wp-content/files_flutter/Diplomacao_Retencao_Evasao_Graduacao_em_IES_Publicas-1996.pdf). Acesso em: 21 jan. 2026.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Nota Técnica INEP/DAES/CONAES N° 065**. 2014. Disponível em: [https://download.inep.gov.br/educacao\\_superior/avaliacao\\_institucional/nota\\_tecnica/2014/nota\\_tecnica\\_n62\\_relatoinstitucional.pdf](https://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_institucional/nota_tecnica/2014/nota_tecnica_n62_relatoinstitucional.pdf). Acesso em: 17 jan. 2026.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é Educação**. Brasiliense, p. 1-9, 1982. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/54499/1/brandao-oqueeducacao-capitulos.pdf>. Acesso em: 21 jan. 2026.
- BRITO, Talamira Taita Rodrigues; CUNHA, Ana Maria de Oliveira. Revisitando a História da Universidade no Brasil: política de criação, autonomia e docência. **APRENDER - Caderno de Filosofia e Psicologia da Educação**, [S.I.], v. 1, n. 12, 2014. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/aprender/article/view/3105>. Acesso em: 20 jan. 2026.
- BUENO, José Lino. A Evasão de Alunos. **Jornal da Universidade de São Paulo (USP)**, São Paulo, jun. 1993. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/paideia/a/6F8TQQbf5N3ZsDPGzJJXj9p/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 21 jan. 2026.

CAMINHA, Vanuzia Feitosa de Araújo. **Avaliação do Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES destinada ao Campus Benfica-Fortaleza da Universidade Federal do Ceará, no período da COVID 19 (2020-2021)**. 2025. 104f. Dissertação (Mestrado Profissional em Avaliação de Políticas Públicas) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2024. Disponível em:

[https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/81759/3/2024\\_dis\\_vfacaminha.pdf](https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/81759/3/2024_dis_vfacaminha.pdf). Acesso em: 21 jan. 2026.

CAVALCANTI, Lourdes Maria Rodrigues; GUERRA, Maria Das Graças Gonçalves Vieira; GOMES, Claudia Suely Ferreira. Avaliação de cursos do ensino superior no brasil: o sinais na sua relação com a qualidade. **Eccos Rev. Cient**, São Paulo, n. 56, jan. 2021 . Disponível em:

[http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1983-92782021000100116&lng=pt&nrm=iso](http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-92782021000100116&lng=pt&nrm=iso). acessos em 11 jan. 2026. Epub 05-Fev-2024.

<https://doi.org/10.5585/eccos.n56.13437>.

CASTANHO, Sérgio. Da universidade modelo aos modelos de universidade. **Revista de Estudos em Educação – Quaestio**. Sorocaba, SP, v. 4, n. 1, p. 27-45, 2002. Disponível em: <https://periodicos.uniso.br/quaestio/article/view/1394>. Acesso em: 20 jan. 2026.

CASTRO, Simone Aparecida de et al. Escuta do Sofrimento Mental Estudantil: Relato de Experiência do Atendimento Psicológico aos Estudantes da UFRJ. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 1, p. 380–396, 2022. DOI: 10.12957/epp.2022.66490. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revispsi/article/view/66490>. Acesso em: 20 jan. 2026.

CIELO, Ivanete Daga.; SCHMIDT, **Carla Maria**.; WENNINGKAMP, Keila Raquel. Secretariado Executivo no Brasil: Quo Vadis? **Revista de Gestão e Secretariado**, [S. I.], v. 5, n. 3, p. 49–70, 2014. DOI: 10.7769/gesec.v5i3.256. Disponível em: <https://ojs.revistagesec.org.br/secretariado/article/view/256>. Acesso em: 20 jan. 2026.

COIMBRA, Camila Lima.; SILVA, Leonardo Barbosa e.; COSTA, Natália Cristina Dreossi. A evasão na educação superior: definições e trajetórias. **Educação e Pesquisa**, [S. I.], v. 47, p. 1-19, 2021. DOI: 10.1590/S1678-4634202147228764. Disponível em: <https://revistas.usp.br/ep/article/view/186951>. Acesso em: 18 dez. 2025.

DURHAM, Eunice Ribeiro. A qualidade do ensino superior. **Revista @ambienteeducação**, São Paulo, v. 2, n. 1, p. 9–14, 2018. DOI: 10.26843/v2.n1.2009.475. Disponível em: <https://publicacoes.unicid.edu.br/ambienteeducacao/article/view/475>. Acesso em: 4 jan. 2026.

FAVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. A universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968. **Educ. Rev.**, Curitiba, n. 28, p. 17-36, dez. 2006. Disponível em: [http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-40602006000200003&lng=pt&nrm=iso](http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40602006000200003&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 21 jan. 2026.

FERMIN, Maria da Conceição Corrêa. Infraestrutura escolar no processo de ensino-aprendizagem. **Revista Científica Multidisciplinar - O Saber**, Brasil, v. 1, n. 1, 2024. DOI: 10.51473/rcmos.v1i1.2024.594. Disponível em: <https://submissoesrevistarcmos.com.br/rcmos/article/view/594>. Acesso em: 18 jan. 2026.

FONTOURA, Julian Silveira Diogo de Ávila; CORSETTI, Berenice. A qualidade da educação superior em contexto emergente: uma aproximação na perspectiva da produção acadêmica recente (2007 - 2017). **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, Goiânia, v. 34, n. 3, p. 711-726, set. 2018. Disponível em: [http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2447-41932018000300711&lng=pt&nrm=iso](http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2447-41932018000300711&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 20 jan. 2026.

JUAREZ, Ricardo Antonio Armas et al. Ansiedade em testes, traços de personalidade, autoconceito, assertividade e sua relação com o desempenho acadêmico. **Horizontes Rev. Inv. Cs. Edu.** La Paz, v. 7, n. 29, p. 1221-1234, jun. 2023. Disponível em: [http://www.scielo.org.bo/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2616-79642023000301221&lng=es&nrm=iso](http://www.scielo.org.bo/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2616-79642023000301221&lng=es&nrm=iso). Acesso em 21 de janeiro de 2026.

KUCKELHAUS, S. D. S. G. P.; SANTOS, A. P. C. dos.; LUZ, C. N. M. Evasão universitária do curso de administração da faculdade ITOP. Palmas (TO), **Multidebates**, v.1, n.1, p. 8–27, 2017. Disponível em: <http://itopedu.com.br/revista/index.php/revista/article/view/3/2>. Acesso em: 18 jan. 2026.

NARDIN, Thaissa Fattori. Entre mudanças e desafios: a perspectiva estudantil no Ensino Superior. **Pro-Posições**, Campinas, (SP), v. 36, p. 1-8, 2025. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pp/a/skWjM8YkXQNShVZtsnPTWKj/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 21 jan. 2026.

NEPOMUCENO, L. C.; FERREIRA, G. V.; CABELLO, A. F. Os Marcos Evolutivos do Ensino Superior no Brasil, a Trajetória do Ensino a Distância e as Transformações Recentes do Período Pós-Pandêmico. **Revista Científica em Educação a Distância**, [S. I.], v. 15, n. 1, p.1-17, 2025. DOI: 10.18264/eadf.v15i1.2219. Disponível em: <https://eademfoco.cecierj.edu.br/index.php/Revista/article/view/2219>. Acesso em: 20 jan. 2026.

NUNES, Maria de Lourdes Rocha Lima; SILVA, Reia Sílvia Rios Magalhães. Perspectiva histórica da educação superior no Brasil. *In*: ANDRIOLA, Wagner Bandeira (org). **Avaliação: múltiplos olhares em torno da educação**. Fortaleza: Editora UFC, 2005. p. 75-90. Disponível em: [file:///C:/Users/user/AppData/Roaming/Microsoft/Windows/Network%20Shortcuts/2005\\_cap\\_liv\\_mlrlnunesrsmsilva.pdf](file:///C:/Users/user/AppData/Roaming/Microsoft/Windows/Network%20Shortcuts/2005_cap_liv_mlrlnunesrsmsilva.pdf). Acesso em: 21 jan. 2026.

OLIVEIRA, D.; CAGGY, R. Análise dos fatores influenciadores do desempenho acadêmico de estudantes de administração: um olhar do docente. **Revista Formadores**, [S. I.], v. 6, n. 1, p. 5, 2013. Disponível em: <https://adventista.emnuvens.com.br/formadores/article/view/285>. Acesso em: 20 jan. 2026.

OLIVEIRA, Ivan dos Santos.; ROTHEN, José Carlos. Vinte anos do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES no Brasil: trajetória, princípios, dilemas e tendências. **Revista da Avaliação da Educação Superior**, Sorocaba, v. 29, 2024. Disponível em [http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-40772024000100312&lng=pt&nrm=iso](http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-40772024000100312&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 20 jan. 2026.

OLIVEIRA, Rodrigo Teles Dantas de; BARBOSA, Jenny Dantas. Retenção dos discentes de administração da UFS: fatores condicionantes e ações da gestão acadêmica. **Administração: Ensino e Pesquisa**, [S. I.], v. 17, n. 2, p. 355–380, 2016. DOI: 10.13058/raep.2016.v17n2.428. Disponível em: <https://raep.emnuvens.com.br/raep/article/view/428>. Acesso em: 20 jan. 2026.

OLIVEIRA, Terezinha. A universidade medieval: uma memória. *Mirabilia*. **Revista eletrônica da antiguidade e idade média**, n.º 6, p. 63-78, 2006. Disponível em: <https://raco.cat/index.php/Mirabilia/article/view/283472>. Acesso em: 21 jan. 2026.

\_\_\_\_\_. Considerações sobre o trabalho na idade média: intelectuais medievais e historiografia. **Revista de História**, São Paulo, n.166, p.109-128, jan/jun. 2012. Disponível em: <https://revistas.usp.br/revhistoria/article/download/48491/52350/58941>. Acesso em: 21 jan. 2026.

\_\_\_\_\_. Os mosteiros e a institucionalização do ensino na Alta Idade: uma análise da história da educação. **Série-Estudos - Periódico do Programa de Pós-Graduação em Educação da UCDB**, Campo Grande, n. 25, 2013. DOI: 10.20435/serie-estudos.v0i25.308. Disponível em: <https://serieucdb.emnuvens.com.br/serie-estudos/article/view/308>. Acesso em: 21 jan. 2026.

OSTI, Andreia.; ALMEIDA, Leandro. da. Silva. A satisfação acadêmica no contexto do ensino superior brasileiro. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 17, n. 3, p. 1558–1576, 2022. DOI: 10.21723/riaee.v17i3.16088. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/16088>. Acesso em: 18 jan. 2026.

PALAVEZZINI, Juliana.; DE MORAES ALVES, Jolinda. Vulnerabilidade Educacional e Vulnerabilidade Acadêmica: Aspectos conceituas e empíricos. **Revista Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 19, n. 2, p 1-14, 2020. DOI: 10.15448/1677-9509.2020.2.37292. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/fass/article/view/37292>. Acesso em: 20 jan. 2026.

PINHEIRO, Cristiane Borges.; RIBEIRO, Jorge Luiz Lourdelo de Sales.; FERNANDES, Sergio Augusto Franco. Modelos teóricos da evasão no ensino superior e notas sobre o contexto nacional. **Revista da Avaliação da Educação Superior**, Campinas, n.28, p. 1-23, ago, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/aval/a/wykhmMKd6JpDkXthnrVPqQ/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 21 jan. 2026.

POFFO, Gabriella Depiné. Proposição de um modelo para avaliação da qualidade do serviço no ensino superior: uma revisão literária. **Revista Científica Sophia**, Balneário Camboriú (SC). v. XI, n.1, p.155-179. dez. 2019. Disponível em: <https://ojs.avantis.edu.br/index.php/sophia/article/view/68/35>. Acesso em: 21 jan. 2026.

POZZER, Katia Maria Paim. Escritas e escribas: o cuneiforme no antigo Oriente Próximo. **Revista Brasileira de Estudos Clássicos**, [S. I.], v. 11, n. 11/12, p. 61–80, 1999. DOI: 10.24277/classica.v11i11/12.449. Disponível em: <https://revista.classica.org.br/classica/article/view/449..> Acesso em: 19 jan. 2026.

RISTOFF, D. **Evasão**: exclusão ou mobilidade. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis: UFSC, 1995.

SAMPAIO, B et al. Desempenho no vestibular, background familiar e evasão: evidências da UFPE. **Revista Economia Aplicada**, Pernambuco, v.15, n.2, p. 287–309, 2011.

doi:10.1590/S1413-80502011000200006 Disponível em:

<https://doi.org/10.1590/S1413-80502011000200006> Acesso em: 17 jan.

SAMPAIO, Helena. "Evolução Do Ensino Superior Brasileiro, 1808-1990." **Documento de Trabalho.8/91**: Universidade de São Paulo, Núcleo de Pesquisas sobre Educação Superior – NUPES, p. 1-32, 1991. Disponível em:

<https://fernandonogueiracosta.wordpress.com/wp-content/uploads/2023/10/helena-sampaio-us-p-evolucao-do-ensino-superior-brasileiro-1808-1990.pdf>. Acesso em: 21 jan. 2025.

SANTOS, Adilson Pereira dos; CERQUEIRA, EUSTAQUIO Amazonas de. Ensino superior: trajetória histórica e políticas recentes. **IX Coloquio Internacional sobre gestão**

**Universitária na América do Sul**, Florianópolis, p. 1-17, nov. 2009. Disponível em:

<http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/35836>. Acesso em: 21 jan. 2026.

SANTOS, C. O. dos; A. A. Evasão no ensino superior brasileiro: uma percepção das predisposições, causas e consequências. **Revista de Gestão e Secretariado**, [S. I.], v. 15, n. 2, p. 1-21, 2024. DOI: 10.7769/gesec.v15i2.3515. Disponível em:

<https://ojs.revistagesec.org.br/secretariado/article/view/3515>. Acesso em: 19 dez. 2025.

SAVIANI, Dermeval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 34, p. 152-165, abr. 2007. Disponível em

[http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-24782007000100012&lng=p&t&nrm=iso](http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782007000100012&lng=p&t&nrm=iso). Acesso em: 20 jan. 2026.

\_\_\_\_\_. A expansão do ensino superior no Brasil: mudanças e continuidades. **Poiesis Pedagógica**, Catalão, v. 8, n. 2, p. 4–17, 2011. DOI: 10.5216/rpp.v8i2.14035.

Disponível em: <https://periodicos.ufcat.edu.br/index.php/poiesis/article/view/14035>. Acesso em: 21 jan. 2026.

SCHWARTZMAN, Simon.; SILVA FILHO, Roberto Lobo.; COELHO, Rooney R. A. Por uma tipologia do ensino superior brasileiro: teste de conceito. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 35, n. 101, p. 153–188, 2021. DOI: 10.1590/s0103-4014.2021.35101.011.

Disponível em: <https://revistas.usp.br/eav/article/view/185108>. Acesso em: 4 jan. 2026.

SILVA, Eliane Garcia da. **A gestão da infraestrutura física das Universidades no contexto do planejamento estratégico**: estudo de caso em uma instituição universitária goiana. 2003. 141f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal de Santa

Catarina, Florianópolis, 2003. Disponível em:

<http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/85257> Acesso em: 18 jan. 2026.

SILVA FILHO, Roberto Leal Lobo et al. A evasão no ensino superior brasileiro. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 37, n. 132, p. 641-659, 2007. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/cp/a/x44X6CZfd7hqF5vFNhHhVWg/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 21 jan. 2007.

SILVA, Polyana Tenório de Freitas e.; SAMPAIO, Luciano Menezes Bezerra. Políticas de permanência estudantil na educação superior: reflexões de uma revisão da literatura para o

contexto brasileiro. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 56, n. 5, p. 603–631, 2022. DOI: 10.1590/0034-761220220034. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/rap/article/view/87932>. Acesso em: 20 jan. 2026.

SILVEIRA, Laura Juliana Alves.; MEDEIROS, Flaviani Souto Bolzan. Motivos para evasão universitária – uma análise a partir da concepção de ex-acadêmicos de uma Universidade Federal. **Revista Pesquisa Qualitativa**, [S. I.], v. 12, n. 32, p. 442–463, 2024. DOI:10.33361/RPQ.2024.v.12.n.32.768. Disponível em: <https://editora.sepq.org.br/rpq/article/view/768>. Acesso em: 20 jan. 2026.

SPANHOLI, Ariane; RIOS, Mônica Piccione Gomes. Qualidade de ensino na educação superior: desafios na contemporaneidade. **Colóquio Internacional de Educação**, [S. I.], v. 1, n. 1, p. 1-10, 2011. Disponível em: <https://periodicos.unoesc.edu.br/coloquiointernacional/article/view/1239>. Acesso em: 20 jan. 2026.

TONET, I. **Educação contra o capital**. Maceió, Edufal, 2007.

QUEIROZ, Fernanda Cristina Barbosa Pereira et al. Transformações no ensino superior brasileiro: análise das instituições privadas de ensino superior no compasso com as políticas de estado. **Ensaio: aval. pol. públ. educ.**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 79, p. 349-369, jun. 2013 . Disponível em: [http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-40362013000200009&lng=pt&nrm=iso](http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40362013000200009&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 17 jan. 2026.